

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

25/05/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Caminhoneiros bloqueiam mais de 400 pontos

A greve dos caminhoneiros autônomos alcançou no final da manhã de ontem 431 pontos de manifestação em todo o país, segundo a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA). De acordo com a Associação Brasileira de Caminhoneiros (Abcam), eram 402 pontos de manifestações. Em seu quarto dia de protestos, antes da trégua, os caminhoneiros ampliaram o total de pontos de bloqueio em relação à noite de quarta (23), quando havia 384 atos no país, de acordo com a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA). A maior parte dos protestos estava na região Sul, com 160, seguida por Sudeste (106), Nordeste (89), Centro-Oeste (58) e Norte (18). A CNTA informou reconhecer que o desabastecimento atinge todos os setores “desde a indústria, comércio e serviços”.

19 Liminares.

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou na noite de ontem que 19 liminares foram concedidas pela Justiça para garantir o trânsito livre em rodovias federais durante movimento nacional de paralisação de caminhoneiros. As decisões foram tomadas pela Justiça Federal de 13 estados e do Distrito Federal. São eles: Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. A ministra da Advocacia-Geral da União (AGU), Grace Mendonça, disse que cerca de 100 advogados públicos estão atuando em todo país para garantir o trânsito livre nas estradas. A ministra também informou que a AGU se colocou à disposição do Ministério da Segurança Pública para garantir o cumprimento das decisões judiciais. No entendimento da ministra, os caminhoneiros têm garantido o direito constitucional de livre manifestação, mas não podem bloquear as rodovias. “A liberdade de manifestação e de expressão não pode inviabilizar o direito da toda população brasileira de acesso a outros direitos fundamentais”, disse a ministra.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 25/05/2018

Anunciado acordo para suspender greve por 15 dias

O país começou a sentir de maneira mais enérgica os efeitos da paralisação dos caminhoneiros ontem, quarto dia de mobilização. Postos com longas filas já ficaram sem combustível, supermercados começaram a racionar alimentos, vacinas não chegaram à população. O transporte público operou com frota reduzida. Com bloqueios em 496 pontos de estradas de 25 estados e no Distrito Federal, o governo Michel Temer fechou um acordo com um grupo de entidades do setor de transporte. Na mesa de negociação, porém, já não estavam os representantes da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) que tomou a frente do movimento desde o seu início.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 25/05/2018

Representante dos caminhoneiros faz crítica a promessas

O presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), Diomar Bueno, disse ontem que o movimento dos caminhoneiros não dá credibilidade a promessas feitas pelo presidente Michel Temer. No Palácio do Planalto, para nova reunião com a equipe ministerial, (foto) ele criticou a postura do presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), que viajou ao Ceará sem votar proposta que garantiria o fim de imposto sobre o diesel. Após críticas, Eunício decidiu voltar para Brasília. "Isso é uma demonstração da preocupação que eles estão com o país e a situação de todo mundo, infelizmente", disse.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 25/05/2018

Acordo em Brasília. Mas líderes da região rejeitam

Diante da situação de caos, com o Governo posto em xeque, lideranças do movimento foram convocadas para uma reunião em Brasília. Pelo Planalto, entre outros, participaram Eliseu Padilha, Carlos Marun, Eduardo Guardia e Valter Casimiro. No final, foi anunciado um acordo: os caminhoneiros decidiram suspender, por pelo menos 15 dias, seu movimento. Nem todos concordaram. Lideranças da região prometem manter a greve.

Fonte: Jornal A Tribuna – 25/05/2018

Desconto de meio dia de trabalho é aceito

O vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Renato de Lacerda Paiva (foto), aceitou um acordo que prevê o recolhimento de contribuição sindical equivalente a meio dia de trabalho dos empregados. Até entrar em vigor a nova lei trabalhista, em novembro, o usual era o desconto de um dia inteiro. Chamada de "cota negocial", a arrecadação está prevista no acordo coletivo negociado entre o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins (Stefem) e a gigante mineradora Vale. A contribuição sindical tornou-se voluntária após a reforma trabalhista, o que gerou queda drástica na arrecadação das entidades e levou muitos sindicatos a recorrerem à Justiça para reestabelecer o recolhimento. Reportagem da Folha de S. Paulo mostrou, porém, que até o último 16, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho atendeu, em caráter provisório (liminar), a 33 pedidos de empresas para suspender efeitos de decisões em primeira instância que as obrigavam a recolher a contribuição para os sindicatos. A cota negocial será descontada pela Vale no contracheque dos empregados no segundo mês imediatamente subsequente à data de assinatura do acordo. Os trabalhadores não filiados ao Stefem deverão ser informados pela empresa sobre o desconto. Quem não concordar com o recolhimento deverá se manifestar junto ao sindicato pessoalmente, por escrito e com identificação de assinatura legível. Depois, o trabalhador tem 20 dias para levar à empresa o comprovante de oposição apresentado ao sindicato. Sem o procedimento, terá descontada a cota. A Vale e o sindicato se comprometeram a não realizar manifestações para incentivar ou constranger os não filiados em seu direito de optar ou não pelo desconto.

A cota negocial será descontada pela Vale no contracheque dos empregados no segundo mês imediatamente subsequente à data de assinatura do acordo; quem não concordar deverá se manifestar

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 25/05/2018